

## AS FRAÇÕES BURGUESAS E O GOVERNO BOLSONARO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 (2020-2021)

*Bourgeois fractions and the Bolsonaro government during the Covid-19 pandemic (2020-2021)*

*Fracciones burguesas y el gobierno de Bolsonaro durante la pandemia de Covid-19 (2020-2021)*

*André Flores Penha Valle<sup>i</sup>  
Octávio Fonseca Del Passo<sup>ii</sup>*

### RESUMO:

Este artigo analisa a relação entre as frações burguesas e o governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e 2021. Analisamos os posicionamentos políticos das frações burguesas diante da política econômica, da gestão da crise sanitária e da crise política. Através da análise de documentos das associações empresariais e declarações dos agentes econômicos na imprensa, verificamos que a burguesia esteve unida em torno das reformas neoliberais, mas dividida em relação ao negacionismo e ao movimento golpista. Com isso, identificamos que as frações burguesas estavam mais ou menos alinhadas ao governo, sendo representadas pela direita neofascista e pela direita tradicional, que dominaram a cena política naquela conjuntura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Frações burguesas; bloco no poder; governo Bolsonaro; Covid-19; neofascismo.

### ABSTRACT:

This article analyzes the relationship between the bourgeois fractions and the Bolsonaro government during the Covid-19 pandemic, in the years 2020 and 2021. We analyze the political positions of the bourgeois fractions in the face of economic policy, the management of the health crisis and the political crisis. Through the analysis of documents from business associations and statements by economic agents in the press, we found that the bourgeoisie was united around neoliberal reforms, but divided in relation to denialism and the coup movement. With this, we identified that the bourgeois fractions were more or less aligned with the government, being represented by the neofascist right and the traditional right, which dominated the political scene at that juncture.

**KEYWORDS:** Bourgeois fractions; bloc power; Bolsonaro government; Covid-19; neofascism.

### RESUMEN:

Este artículo analiza la relación entre las fracciones burguesas y el gobierno Bolsonaro durante la pandemia de la Covid-19, en los años 2020 y 2021. Analizamos las posiciones políticas de las fracciones burguesas frente a la política económica, la gestión de la crisis sanitaria y la crisis política. A través del análisis de documentos de gremios empresariales y declaraciones de agentes económicos en la prensa, encontramos que la burguesía estaba unida en torno a las reformas neoliberales, pero dividida en relación al negacionismo y al movimiento golpista. Con esto, identificamos que las fracciones burguesas estaban más o menos alineadas con el gobierno, siendo representadas por la derecha neofascista y la derecha tradicional, que dominaban el escenario político en esa coyuntura.

**PALABRAS CLAVE:** Fracciones burguesas; bloque en el poder; gobierno Bolsonaro; COVID-19; neofascismo.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre as frações burguesas e o governo de Jair Bolsonaro, entendido como variante neofascista no Brasil, durante a pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e 2021. Buscamos relacionar a política de Estado, sobretudo as políticas econômica e a sanitária, com as classes e frações de classe que compõem o governo e, de maneira mais ampla, o bloco no poder, que indica a “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (Poulantzas, 2019, p. 240/241).

A hipótese central é que houve uma relação de unidade e de conflito entre as frações burguesas e o governo: unidade em torno de aspectos da política econômica<sup>iii</sup> e conflito em torno da política sanitária e do movimento golpista insuflado diretamente pelo presidente. Estes conflitos foram manifestados na cena política pela direita neofascista e pela direita tradicional e sua intensificação estabeleceu um quadro de crise política, mais precisamente uma situação de instabilidade hegemônica, na medida em que o programa neoliberal não obteve o consentimento das classes dominadas, induzindo a aliança das frações burguesas com o movimento neofascista, que constitui uma força social e política que elas não controlam.

O artigo está dividido em cinco partes. Na primeira, apresentamos a caracterização do bolsonarismo como variante brasileira do neofascismo. Na segunda, discorremos sobre o papel desempenhado pelas diferentes classes e frações de classes que apoiam o governo. Na terceira, analisamos a política econômica e a hierarquia de poder entre as frações burguesas. Na quarta, analisamos os posicionamentos das frações burguesas ante a crise sanitária. E na quinta, analisamos os posicionamentos das frações burguesas ante a crise política.

## BOLSONARISMO COMO VARIANTE DO NEOFASCISMO

A ascensão de movimentos de extrema-direita em escala global, no período posterior à crise econômica de 2008, constitui um tema de maior relevância na conjuntura atual. A chegada de alguns destes movimentos ao governo, em países como Hungria (2010), Ucrânia (2014), Filipinas (2014), Estados Unidos (2016) e Bolívia (2019), suscitam uma ampla gama de noções e adjetivos para a sua caracterização, que nem sempre dispõem de potencial explicativo satisfatório – como “conservadores”, “ultraconservadores”, “autoritários” e “populistas de direita”. Ainda que se possa reivindicar tais noções para uma primeira aproximação do problema, elas representam um obstáculo para o conhecimento deste fenômeno, na medida em que não contribuem para desvendar as suas bases sociais, a sua ideologia, os seus objetivos políticos e o tipo de crise política que permite o seu desenvolvimento.

De acordo com Boito Jr. (2020) e Melo (2020), a existência de um movimento reacionário de massas, predominantemente das classes médias e da pequena-burguesia, que visa a implantação de uma ditadura e a eliminação da esquerda da vida política nacional, nos permite caracterizar o bolsonarismo como um fenômeno de tipo *neofascista*. Diferentemente do fascismo clássico, o neofascismo não possui um partido de massas, e estabelece vínculos frouxos de associação e de baixa organicidade com a sua base social, como grupos e fóruns em redes sociais e aplicativos de mensagens. Por outro lado, o bolsonarismo compartilha das circunstâncias históricas invariantes que possibilitam a chegada do fascismo ao poder, sejam elas características de longa ou curta duração. A normalização da violência e do autoritarismo corrobora a hipótese apresentada por Gramsci e desenvolvida por Boito Jr. (2021), de que o fascismo tende a se desenvolver em sociedades nas quais a violência é praticada regularmente e de maneira naturalizada, como é o caso da formação brasileira.

Do ponto de vista conjuntural, a chegada do fascismo ao governo é sempre resultante de um tipo específico de crise política, que, segundo Poulantzas (1978), envolve uma combinação particular de contradições, incluindo: a) as sucessivas derrotas políticas das classes trabalhadoras, que passam para uma situação defensiva prolongada; b) a crise de hegemonia no bloco no poder, com a instabilidade política e a incapacidade de uma das frações burguesas impor uma direção à política estatal; c) a crise de representação partidária e a decadência dos partidos burgueses tradicionais; d) e a entrada em cena de um movimento reacionário de massas das classes intermediárias do modo de produção capitalista (pequena-burguesia e classes médias). Se trata, portanto, de uma situação de crise em que as frações burguesas cooptam o movimento reacionário em ascensão para estabelecer uma nova hegemonia política e implantar uma política regressiva contra os trabalhadores, que se encontram incapacitados para construir uma resistência de massas e interromper o processo de fascistização.

O esquema teórico apresentado por Poulantzas oferece uma abordagem do fascismo como uma possibilidade histórica no capitalismo monopolista, isto é, nem como um fenômeno datado e irrepetível, restrito à Europa das décadas de 1920 a 1940, tampouco como um fenômeno inevitável (Martuscelli, 2021). Contrariando qualquer hipótese teleológica a respeito do desenvolvimento do fascismo, Robert Paxton, em *A anatomia do fascismo* (2007), enumera dezenas de movimentos fascistas existentes em diferentes partes do mundo, na segunda metade do século XX, que não lograram conquistar o governo e/ou implantar uma ditadura. Ou seja, a existência de um movimento reacionário de massas não garante, por si só, a sua ascensão ao governo e o fechamento do regime político. É a dinâmica dos conflitos de classes que determina os avanços e os recuos deste movimento, sendo invariável para a sua chegada ao poder a existência de um tipo de crise política que permite a este movimento se apresentar como uma resposta anti-sistêmica (“contra tudo o que está aí”).

Nesse sentido, podemos verificar que o esquema proposto por Poulantzas apresenta vantagens para a análise da crise brasileira recente, no período que compreende desde o golpe parlamentar de 2016 até o atual governo de Jair Bolsonaro.

A defensiva das classes trabalhadoras é identificável em uma série consecutiva de derrotas, desde a deposição do governo Dilma, em 2016, a prisão e o impedimento da candidatura de Lula, em 2018, as reformas trabalhistas e da previdência, e o aumento do desemprego, que repercutiram diretamente sobre as condições de organização e de luta do movimento operário e popular. Neste período, houve queda significativa do número de ocupações de terras (-78%) e de greves (-68,9%), sendo estas predominantemente defensivas<sup>iv</sup>, o que refletiu também na fraca resistência ao golpe e às reformas neoliberais de Temer e Bolsonaro.

A crise de hegemonia, por sua vez, está relacionada à ofensiva restauradora neoliberal dirigida pelo capital internacional e pela burguesia associada, que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. A implosão da frente política neodesenvolvimentista, representada pelos governos do PT, deslocou a hegemonia política das grandes empresas nacionais – as assim chamadas “campeãs nacionais” – e deu lugar à unidade e a ofensiva do grande capital em torno das reformas neoliberais contra os trabalhadores e as privatizações (Boito Jr., 2018).

A crise de representação e a decadência dos partidos tradicionais resultaram da ação da Operação Lava Jato, que atingiu o conjunto do sistema partidário e deslocou politicamente as classes médias, que se voltaram contra as suas representações políticas – sobretudo o PSDB – nas eleições presidenciais em 2018. A adesão das frações burguesas à candidatura de Bolsonaro só ocorreu nas vésperas da eleição, quando as candidaturas de Geraldo Alckmin e Henrique Meirelles se mostraram inviáveis e Bolsonaro anunciou o financista Paulo Guedes, diretor da Bozano Investimentos, como ministro da Economia em seu eventual governo. Tal manobra foi decisiva para que Bolsonaro pudesse atenuar as desconfianças por parte do grande capital, particularmente o capital financeiro, que possuía reservas quanto a sua trajetória parlamentar, marcada pela defesa do nacionalismo econômico e pela oposição às privatizações durante os governos neoliberais dos anos 1990 (Lacerda, 2020).

Por fim, o movimento reacionário de massas surgido das manifestações pró-impeachment em 2015 e 2016. Desde esse período, a predominância de classe das manifestações era da alta classe média, e, secundariamente, havia elementos da pequena-burguesia, como caminhoneiros, lojistas e proprietários de terra (Cavalcante, 2020; Firmino, s.d). Essas frações, desde então, já buscavam assumir para si novas representações, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o VemPraRua, e sobretudo a Operação Lava Jato, através da figura do juiz Sérgio Moro. Após o golpe de 2016 e no decorrer do mandato tampão de Michel Temer, esse movimento de massas desenvolveu um aspecto predominantemente fascista, anti-esquerda e conservador no plano dos costumes

(Boito Jr., 2020), se apresentando abertamente na cena política durante a paralisação dos caminhoneiros em 2018, quando a defesa da “intervenção militar” sobrepôs às reivindicações corporativas daquele movimento (Valle e Martuscelli, 2018).

Nesse sentido, podemos caracterizar o bolsonarismo como uma variante do neofascismo, como parte de um fenômeno global em contexto de crise da democracia burguesa. O conceito de neofascismo oferece uma direção para a pesquisa histórica, particularmente para a análise das diferentes crises sob o governo Bolsonaro, pois indica que o movimento reacionário de massas constitui uma força social distinta, não um instrumento passivo nas mãos das classes dominantes – o que enseja uma complexa relação de unidade e conflito entre estas e o governo, repercutindo diretamente na cena política, conforme pretendemos demonstrar a seguir. Para isso, faremos antes uma apresentação sumária das bases sociais e da hierarquia de poder entre as classes dominantes durante o governo Bolsonaro.

## AS BASES SOCIAIS DO GOVERNO BOLSONARO

Dentre as diferentes classes, frações de classes e grupos sociais que sustentaram o governo Bolsonaro, é possível detectar variados graus de apoio e engajamento político, assim como papéis distintos na relação entre cada uma destas com o governo: classes-apoio, classes-aliadas, classe detentora e fração hegemônica (Poulantzas, 1977).

O chamado “núcleo duro” de apoiadores, ou a base de massas do governo neofascista, isto é, a sua *classe-apoio*, foi formado por segmentos da alta classe média (alto funcionalismo público, profissionais liberais e gerentes de grandes empresas), da pequena-burguesia (fazendeiros, caminhoneiros, lojistas e comerciantes), e dos escalões inferiores das forças armadas e de segurança (cabos, sargentos, majores e capitães). Além do “núcleo duro” bolsonarista, outra importante reserva de apoio social foram os evangélicos conservadores, em grande parte composto por trabalhadores manuais dos centros urbanos, que constituem uma força social distinta, convergente com o neofascismo no que refere ao conservadorismo nos costumes e na defesa da família patriarcal, mas não necessariamente no fechamento do regime político. Estas foram as forças principais do bolsonarismo, isto é, aquelas que disponibilizaram o maior contingente numérico de apoiadores, que sustentaram um piso de popularidade de cerca de 20% a 30% de “ótimo” e “bom” nas pesquisas de opinião, ou a mesma intenção de voto nas pesquisas eleitorais.

Outra categoria importante é a das *classes aliadas*, que incluiu os militares do alto escalão das Forças Armadas e os parlamentares do “centrão”. Diferentemente das classes-apoio, as classes aliadas possuem maior capacidade de organização e de influência sobre o processo decisório estatal, se mobilizando para a satisfação de seus interesses corporativos e para a obtenção de vantagens individuais para os seus integrantes. Os

militares de alta patente, que disputam com o bolsonarismo a baixa oficialidade das Forças Armadas e de Segurança (Penido et al, 2020), se aliaram a ele para impedir o retorno do PT ao governo em 2018, intimidando os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) na votação que concederia o habeas corpus e os direitos políticos para o ex-presidente Lula, que se encontrava preso em Curitiba. Durante o período analisado, os partidos de patronagem, popularmente denominados como “centrão”, que representam interesses individuais diversos de pequenos e médios capitalistas (em alguns casos sendo eles próprios os parlamentares), se aliançaram ao governo para barganhar cargos e emendas parlamentares. Estas duas classes aliadas acumularam também a função de *classe detentora do aparelho de Estado*: estima-se que cerca de 6 mil militares ocuparam cargos de médio e alto escalão no governo<sup>v</sup> e, ao longo de 2021, o “centrão” logrou ampliar a sua participação em ministérios importantes dentro do governo, assumindo o controle da Casa Civil, das Comunicações e da Saúde.

A relação entre as frações burguesas e o governo Bolsonaro foi marcada pela unidade (aspecto principal) e pelo conflito (aspecto secundário). Grosso modo, as frações burguesas se unificaram no apoio à política econômica neoliberal, mais especificamente as reformas neoliberais contra os trabalhadores e as privatizações. Mas isso não eliminou a existência de conflitos em torno de algumas definições de política econômica. O capital internacional e a burguesia associada (particularmente as corretoras e fundos de investimentos), frações da grande burguesia interna (industrial, agrária, bancária e comercial), e grandes proprietários de terra (incluindo madeireiros e garimpeiros que atuam à margem da lei), são as classes e frações de classe cujos interesses foram os mais contemplados pela política estatal. Uma hipótese que trabalhamos é que, dentre estas frações, seria possível verificar certa preponderância de interesses, sendo o grande capital internacional e a burguesia associada priorizados em relação às demais – isto é, a *fração hegemônica* no bloco no poder. Desenvolveremos esta hipótese na próxima seção, quando analisarmos os aspectos principais da política econômica.

Antes, porém, cabe destacar as contradições que decorrem desta composição heterogênea de forças. De acordo com Armando Boito Jr (2020), foram quatro os conflitos principais: 1) entre a grande burguesia e o movimento neofascista, em torno das prioridades da política estatal (reformas neoliberais vs pautas de costumes; hostilidades à China; política ambiental predatória); 2) entre a cúpula e a base do bolsonarismo, com o recuo nas pautas de costumes em prol do atendimento dos interesses da burguesia, como demonstram as deserções de sua “base plebeia” (como o MBL, os *youtubers* Nando Moura e Marcelo Brigadeiro, além de lideranças dos caminhoneiros); 3) entre o governo e as instituições democráticas, através dos inquéritos das Fake News e das Milícias Digitais no STF, do processo de anulação de chapa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das manifestações golpistas contra o STF e o Congresso Nacional, dos motins das Polícias Militares (PMs), e das ameaças do Alto Comando Militar; 4) e no interior da equipe

governamental, envolvendo bolsonaristas, a burguesia e os militares, como nos episódios de demissão dos ministros Sérgio Moro e Luiz Henrique Mandetta.

Os resultados obtidos em nossa investigação apresentam uma nova camada de conflito, que se tornou a principal durante a conjuntura pandêmica, referente ao conteúdo das medidas de contenção da crise sanitária. Antes, porém, passaremos pelo exame da política econômica e da hierarquia de interesses no interior do bloco no poder.

## POLÍTICA ECONÔMICA E HEGEMONIA NO BLOCO NO PODER

O aspecto dominante na relação entre as frações burguesas e o governo Bolsonaro foi a unidade em torno das reformas neoliberais contra os trabalhadores e as privatizações. Esta unidade não excluiu a persistência de conflitos secundários, que se apresentaram sob a forma de *resistências seletivas* a determinados aspectos da política econômica neoliberal. Esta relação de unidade e de conflito indica que a política econômica implementada pelo governo Bolsonaro não atendeu de maneira igual a todos os interesses no interior do bloco no poder, o que nos permite questionar se, no seu conjunto, esta política concretizou os interesses de alguma fração burguesa em detrimento de outras, configurando entre elas uma determinada hierarquia de poder, ou *hegemonia política* (Poulantzas, 1977).

A política econômica e social implementada pelo governo Bolsonaro, assim como nos governos neoliberais dos anos 1990 (Boito Jr., 1999; Saes, 2001), possuiu quatro pilares fundamentais: 1) *privatizações*, 2) *desregulamentações trabalhistas*; 3) *desregulamentações financeiras*, 4) e *abertura econômica*. A despeito de eventuais queixas de empresários e economistas liberais na grande imprensa, acerca do ritmo de implementação das reformas e das privatizações, é constatável tanto a realização destas medidas pelo governo, como o apoio mais ou menos crítico das frações burguesas. De acordo com Saes (2001), a caracterização da política governamental não obedece a um princípio de identidade entre os princípios doutrinários e o conteúdo das medidas efetivamente implementadas: o processo decisório estatal resulta de uma determinada relação de forças, uma vez que enfrenta resistências de diferentes classes e frações de classes, tendo o ritmo de aprofundamento e implementação do programa determinado pelas condições socioeconômicas e políticas encontradas pelo governo. Ou seja, a política econômica e social implementada pelo governo Bolsonaro, tanto em suas intenções como em seus resultados, configura um *neoliberalismo possível*.

As privatizações, que foram alvo de críticas mesmo entre apoiadores do governo, foram efetivamente implementadas. O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) contabilizava, até setembro de 2021, 73 projetos concluídos de concessões e privatizações no setor de infraestrutura e 162 projetos em andamento, abrangendo aeroportos, ferrovias, portos, rodovias, campos de extração de óleo e gás natural, entre outros ramos<sup>vi</sup>. Além

dos pacotes de infraestrutura, o governo Bolsonaro encaminhou a aprovação no Congresso Nacional da Nova Lei do Gás e do Novo Marco do Saneamento, que permitiram a privatização dos gasodutos e dos serviços de saneamento básico; e buscou a privatização da Eletrobras e dos Correios, que foram objeto de intensa pressão dos *lobbies* empresariais desde o golpe de 2016.

As desregulamentações promovidas pelo governo Bolsonaro foram medidas de impacto relevante, que aprofundaram o modelo econômico neoliberal. Do ponto de vista das desregulamentações trabalhistas, a medida mais importante foi a Reforma da Previdência, que reduziu o orçamento público para política social e também os encargos trabalhistas para o capital privado, além de ampliar o alcance dos fundos privados e seguradoras. Outras medidas foram a Carteira de Trabalho Verde e Amarela, que reduziu os encargos e benefícios dos trabalhadores do setor privado; a Lei de Liberdade Econômica, que ampliou a jornada de trabalho para os finais de semanas e feriados; e os programas de redução de jornadas e salários, e de suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia.

As desregulamentações financeiras tiveram na Autonomia do Banco Central a sua principal medida, que reduziu ainda mais o poder da Presidência da República sobre o órgão, reforçando a sua blindagem pelo capital financeiro, isto é, a sua autonomização em relação às demais classes e frações de classe não-financeiras. A Nova Lei das Agências Reguladoras foi outra medida importante, ao estabelecer os mecanismos de *compliance* e os critérios de gestão exigidos pelos acionistas das empresas concessionárias, baseados no princípio da maximização do valor acionário; e a lei do Cadastro Positivo permitiu às instituições financeiras o acesso ao histórico de crédito dos consumidores, violando a privacidade dos titulares dos dados.

Diversos setores da economia foram abertos para o capital internacional, como o mercado de refino e gás natural, com as vendas de ativos da Petrobras; o setor aéreo, com a aprovação do controle total (100%) do capital estrangeiro sobre as empresas aéreas nacionais; o setor bancário, com a autorização ao Banco Central para a abertura ao capital estrangeiro; além dos projetos de concessões e privatizações em infraestrutura, anteriormente citados. A redução das alíquotas de importação de eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos industriais favoreceu as vendas dos fabricantes internacionais no mercado brasileiro. A defesa do livre comércio entre o Brasil e as potências imperialistas, e o esvaziamento das instituições multilaterais que organizaram a chamada integração sul-sul durante os governos neodesenvolvimentistas também indicam uma maior subordinação do Estado brasileiro no interior da cadeia imperialista.

O conjunto dessas medidas não atendeu por igual os interesses das frações burguesas. Apesar de os dois primeiros pilares, as privatizações e as desregulamentações trabalhistas, contarem com o apoio integral do bloco no poder, os dois últimos pilares, as desregulamentações financeiras e a abertura econômica, constituíram verdadeiros pontos

de conflito entre as frações burguesas. A unidade em torno das privatizações e das desregulamentações trabalhistas, que viabilizou a aliança entre as frações burguesas após o golpe de 2016 e que constituiu o seu programa mínimo para o apoio ao governo, isto é, o seu denominador comum na conjuntura recente e atual, foi representada no plano discursivo pela denúncia do “Custo Brasil”, que responsabiliza, além dos gargalos logísticos, os encargos trabalhistas e previdenciários pela perda de competitividade das empresas, para, assim, justificar o aumento da taxa de exploração através da redução do custo de reprodução da força de trabalho.

Já os conflitos em torno das medidas de desregulamentação financeira e de abertura econômica, ainda que secundários no período analisado, iluminam a teia complexa de interesses e de posições relativas das frações burguesas com o governo neofascista – o que nos permite identificar os interesses priorizados pela política econômica. Por um lado, as medidas de desregulamentação financeira aprofundaram o controle do capital financeiro sobre os instrumentos de política monetária, em particular sobre a determinação da taxa de juros e da taxa de câmbio, o que representa um revés para a indústria. Por outro lado, as medidas de abertura econômica impactaram negativamente e de maneira ampla as empresas nacionais, tanto no aumento da concorrência direta com o capital internacional, nos ramos atingidos pela intervenção do governo, como de maneira indireta sobre a cadeia nacional de fornecimento e insumos, aprofundando a tendência à desindustrialização.

Estes conflitos nos indicam que: 1) o capital industrial foi penalizado em relação ao capital financeiro; 2) o capital nacional foi penalizado em relação ao capital internacional. Cabe ressaltar que as medidas de desregulamentação financeira não atingiram diretamente o capital industrial internacional, que se financia nos países de suas matrizes, onde os juros costumam ser mais baixos, assim como não atingiram os grandes bancos comerciais nacionais, que são largamente beneficiados por estas medidas enquanto principais negociadores da dívida pública e controladores, em regime de oligopólio, dos mercados de crédito e varejo bancário. No entanto, os bancos têm a sua posição ameaçada pela abertura do sistema bancário, o que representa um preterimento em relação aos interesses dos grandes bancos internacionais, que aspiram à retomada do mercado brasileiro. De tal modo, podemos inferir que a política econômica neoliberal prioriza os interesses do *capital internacional*, que não é penalizado por nenhum pilar fundamental deste programa, constituindo, assim, a *fração hegemônica* no bloco no poder. O exercício da hegemonia em condomínio pelo capital internacional, industrial e financeiro, nos permite, ainda, medir a preponderância de uma de suas frações sobre a outra, isto é, a existência, de um *núcleo hegemônico no poder* (Farias, 2009), que, devido ao conteúdo e endereçamento da política econômica neoliberal à atração de investimentos predominantemente em carteira, só pode ser preenchido pelo *capital financeiro internacional*.

Até aqui afirmamos que o aspecto dominante na relação entre as frações burguesas e o governo foi a unidade em torno das reformas neoliberais contra os trabalhadores e as privatizações, o que não eliminou a existência de conflitos secundários, alguns dos quais já nos referimos, relacionados à política econômica: a desoneração de impostos sobre importação, que opôs a burguesia industrial ao capital estrangeiro; a elevação da taxa Selic, que opôs a burguesia industrial ao capital financeiro; a política ambiental predatória, que opôs os produtores rurais às *tradings* do agronegócio; as desonerações à indústria de automóveis, que opôs as montadoras ao capital financeiro; a política de preços da Petrobras, que opôs as transportadoras e indústrias ao capital financeiro; e a privatização da Eletrobras, que opôs setores da indústria ao capital financeiro<sup>vii</sup>. Tais conflitos não dividiram as frações burguesas em torno de distintas estratégias de política econômica, ao contrário, foi justamente o apoio à política econômica executada pela equipe governamental o principal limite para a ação oposicionista dos partidos burgueses tradicionais.

Conforme veremos a seguir, foram os conflitos relacionados à gestão da crise sanitária e à questão democrática os principais pontos de fissura entre as frações burguesas e o governo, o que explica a divisão política destas frações em campos distintos e a luta por uma alternativa própria para as eleições de 2022 (a chamada “terceira via”).

### CRISE SANITÁRIA, NEGACIONISMO E FRAÇÕES BURGUESAS

A conjuntura pandêmica foi marcada pela polarização entre duas alas da direita: a ala neofascista, ou *bolsonarista*, e a oposição de direita, ou *direita tradicional*. Outras forças em presença na cena política, como os movimentos populares e os partidos de esquerda, permaneceram à margem desta disputa. Isso porque, mesmo com a recuperação dos direitos políticos de Lula, a maior liderança popular do país, a esquerda não conseguiu retomar a sua capacidade de organização e de luta, predominando entre as suas correntes a espera pelas eleições de 2022.

A polarização entre a *direita neofascista* e a *direita tradicional* exprime, ao mesmo tempo, tanto uma contradição entre o neofascismo e a burguesia, como uma contradição no seio das próprias frações burguesas, que se dividiram em relação ao negacionismo do governo Bolsonaro. A atuação do governo durante a pandemia foi marcada pelo incentivo ao descumprimento das recomendações sanitárias da Organização Mundial da Saúde (OMS), pela ausência de produção em massa de testes e materiais de higiene, pela omissão na compra das vacinas e pela não instalação prévia da infraestrutura necessária para a vacinação acelerada, como a compra de seringas e demais insumos. A estratégia de estimular a contaminação entre a população para atingir a chamada “imunidade de rebanho”, quando sequer existia vacina desenvolvida, foi determinante para que o Brasil se tornasse um dos países com maior número de mortes pela Covid-19 em todo o planeta.

Verificamos, no que diz respeito às medidas de contenção da crise sanitária, que as frações burguesas se dividiram entre *apoiadores* e *opositores* das medidas de isolamento social. Este foi o conflito principal durante o ano de 2020, quando as vacinas ainda não haviam sido desenvolvidas e o foco das medidas recaía sobre a contenção do vírus. No ano de 2021, com o desenvolvimento das vacinas, verificamos que as frações burguesas pressionaram o governo pela compra de imunizantes e pela aceleração da vacinação em massa, a fim de conter os prejuízos econômicos avolumados pela pandemia<sup>viii</sup>. Estas frações pressionaram pela permissão da compra de imunizantes pelas empresas do setor privado, mas, de maneira homóloga à divisão entre negacionistas e isolacionistas, se dividiram a respeito da estratégia de imunização coletiva: se as vacinas deveriam ser destinadas ao SUS, ou se deveriam ser destinadas às próprias empresas para a aplicação em seus funcionários, desrespeitando o Plano Nacional de Imunização.

Passamos para uma apresentação sumária dos posicionamentos das frações burguesas, com o objetivo de desvendar mais precisamente os interesses por trás da orientação negacionista do governo, e, de maneira mais ampla, aferir os variados graus de apoio ao governo entre as frações burguesas, isto é, detectar quais delas apoiaram a atuação do governo e quais delas estiveram representadas pela oposição de direita.

#### NEOFASCISMO E NEGACIONISMO

Ao longo da pandemia, o neofascismo mobilizou a sua base social pelo descumprimento das medidas de isolamento social e pelo descrédito às vacinas, *negando* a pandemia e as recomendações das autoridades sanitárias. De acordo com Boito Jr (2020), o negacionismo é produto da ideologia fascista, mais precisamente da frustração com a impossibilidade de realização de sua utopia reacionária restauradora, o que leva à não-aceitação da realidade adversa e ao irracionalismo. A negação da existência do coronavírus, ou a denúncia de uma suposta conspiração comunista promovida pelo governo chinês, que teria difundido o “vírus do comunismo” ou “nanochips líquidos” nas vacinas para atingir o controle social, foram teses amplamente divulgadas nas redes sociais pelos intelectuais e propagandistas ligados ao bolsonarismo, como Olavo de Carvalho e Allan dos Santos.

A estratégia negacionista contou com apoio ativo e o consentimento passivo de parcelas importantes da sociedade brasileira (Cavalcante, 2021). O discurso negacionista foi encampado especificamente pelo movimento neofascista, situado nas classes médias e na pequena-burguesia. Além da atuação nas redes sociais, o movimento neofascista realizou manifestações de rua contra as medidas de isolamento e contra a “conspiração chinesa”, assim como influenciou os protestos de rua de lojistas e pequenos proprietários afetados pelo fechamento do comércio<sup>ix</sup>. Outra expressão do negacionismo durante esse período foi a defesa de medicamentos sem eficácia comprovada para o tratamento ou

prevenção da Covid-19, como a hidroxicloroquina e a ivermectina, amplamente incentivados por médicos e farmacêuticos bolsonaristas.

Por outro lado, o negacionismo encontrou o consentimento de parcela significativa dos trabalhadores manuais informais e subempregados, que tiveram a sua renda e o seu meio de sustento comprometidos pela pandemia. Uma vez desorganizados e politicamente deseducados para reivindicar medidas protetivas, este amplo contingente de trabalhadores assumiu o descumprimento das medidas de isolamento social como a orientação mais factível para o sustento de suas famílias durante a pandemia. Além disso, o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 durante o ano de 2020 contribuiu para ampliar o apoio deste segmento ao governo do presidente Jair Bolsonaro, embora este tenha sido reduzido significativamente com as rodadas posteriores do auxílio emergencial, que reduziram os valores e a cobertura de beneficiários<sup>x</sup>.

No que refere às frações burguesas, verificamos que a burguesia industrial representada pela Fiesp e pela CNI saiu em defesa do “isolamento vertical” proposto por Jair Bolsonaro e manteve uma linha crítica às medidas restritivas impostas pelos governos locais, em particular o governo de São Paulo, comandado pelo tucano João Dória<sup>xi</sup>. Ao longo dos anos de 2020 e 2021, estas entidades e a Abimaq se posicionaram pela redução e pela flexibilização das medidas de isolamento social, sempre apresentando-as como obstáculos para a retomada da atividade econômica<sup>xii</sup>. Além disso, estas entidades se colocaram alinhadas à política econômica do governo, sobretudo a Fiesp, cujo presidente, Paulo Skaf<sup>xiii</sup>, chegou a ser nomeado como membro titular do Conselho da República. Diante da pandemia, a burguesia industrial demandou ao governo programas de redução de jornadas e salários e de suspensão de contratos de trabalho, no que foi prontamente atendida<sup>xiv</sup>.

A burguesia comercial varejista, representada pelo grupo Brasil 200, pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e pela Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio), interveio ativamente na cena política desde o início da pandemia, quando inúmeros empresários do setor do varejo, redes de lanchonetes, e serviços em geral se posicionaram contra as medidas restritivas, argumentando que os prejuízos provocados pelo fechamento do comércio seriam muito maiores do que as mortes decorrentes do coronavírus. Mesmo quando a pandemia já contabilizava centenas de milhares de mortos, esse discurso continuava presente entre os empresários, que saíam a público para pressionar as prefeituras e governos estaduais toda vez que estes decidiam aumentar as restrições sobre o funcionamento do comércio e a circulação de pessoas. As entidades que representam o setor se pronunciaram em diversos momentos nesse período para demandar a flexibilização do isolamento social<sup>xv</sup>. Nas palavras de Flávio Rocha, empresário da Riachuelo e presidente da associação Brasil 200, “temos que olhar para o conjunto da sociedade e definir se queremos defender apenas a

vida dos infectados ou se queremos defender todas as vidas - a dos doentes e a dos sãos”<sup>xvi</sup>.

E os produtores rurais ligados às atividades de exportação, como os produtores de soja e pecuaristas, representados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pela Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), pelas federações de agricultura e pecuária dos estados de Santa Catarina (Faesc), Minas Gerais (Faemg), Paraná (Faep), Rio Grande do Sul (Farsul) e pela Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT), criticaram de maneira contundente as medidas de isolamento social, reivindicando a sua exclusão destas medidas, alegando o risco de desabastecimento das cidades e os prejuízos econômicos da não-realização das colheitas<sup>xvii</sup>. Após obterem o reconhecimento do governo como atividades essenciais e funcionarem normalmente durante a pandemia, estas entidades pouco voltaram a se pronunciar a respeito da crise sanitária. As suas publicações, quando referentes à Covid-19, se referiram mais à ações de solidariedade, como a entrega de cestas básicas e máscaras para os produtores rurais, do que propriamente posicionamentos explícitos em relação às medidas de contenção ao coronavírus<sup>xviii</sup>.

#### *DIREITA TRADICIONAL E ISOLACIONISMO*

Durante o período da pandemia, a direita tradicional se manteve alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde sob o comando de Luiz Henrique Mandetta e, depois, Nelson Teich. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), foi a público em diferentes ocasiões para defender as medidas de contenção à Covid-19. Os governadores João Dória (PSDB-SP), Helder Barbalho (MDB-PA), Eduardo Leite (PSDB-RS), e até mesmo o governador de Goiás, o conservador Ronaldo Caiado (DEM), enfrentaram as pressões negacionistas para adotar, em diferentes níveis de intensidade, e não sem contradições, medidas de fechamento do comércio, adiamento de feriados estaduais, e toques de recolher.

O capital bancário e o capital financeiro endossaram a defesa das medidas de isolamento social e a vacinação em massa. Os bancos comerciais, nacionais e estrangeiros, apoiaram publicamente as recomendações das autoridades sanitárias desde o início da pandemia, defendendo-as como a maneira mais eficaz de antecipar a normalização da atividade econômica<sup>xix</sup>. Em diversas ocasiões, os dirigentes das principais instituições financeiras, incluindo as corretoras e fundos de investimentos, foram a público criticar o negacionismo e a demora do governo na compra das vacinas. Uma das manifestações mais importantes aconteceu em 21 março de 2021, com a divulgação de uma carta aberta ao governo assinada por 500 economistas e executivos do setor financeiro, demandando a implementação de medidas de distanciamento social e vacinação em massa<sup>xx</sup>. Em momentos críticos de prevalectimento da orientação

negacionista, como na ocasião das exonerações dos ministros Mandetta e Teich, o capital financeiro associado reagiu negativamente, desvalorizando os ativos financeiros<sup>xxi</sup>.

O capital estrangeiro internalizado nos setores de telecomunicações e automotivo também defendeu publicamente as medidas de isolamento social e a vacinação acelerada. Grandes empresas de telefonia, como a Claro, Nextel, Vivo, Oi, Tim e Algar, aproveitaram a crise sanitária para expandir os seus negócios, diante do aumento da demanda por internet<sup>xxii</sup>. Segundo os dados do SindiTeleBrasil, houve aumento de 40% do fluxo de dados na internet durante a pandemia<sup>xxiii</sup>. Por outro lado, as montadoras estrangeiras, representadas pela Anfavea, defenderam as medidas de isolamento e vacinação em massa, e foram enfáticas nas críticas ao governo<sup>xxiv</sup>. Diante da saída de montadoras para países vizinhos, como a Argentina, a Anfavea fez reiteradas críticas e culpou a gestão errática da pandemia e a escalada autoritária do governo<sup>xxv</sup>.

A indústria de alimentos e o setor de supermercados, que viram subir o consumo doméstico e os serviços de delivery, também foram importantes apoiadoras das medidas de isolamento social e da vacinação acelerada. Grandes frigoríficos e a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) se posicionaram publicamente favoráveis às medidas<sup>xxvi</sup>, assim como as grandes redes de supermercados e as entidades do setor, como as Associações Brasileira e Paulista de Supermercados (Abras e Apas), que viram crescer as compras virtuais neste período<sup>xxvii</sup>. As grandes redes de varejo, Magazine Luiza, Lojas Renner e Leroy Merlin, que expandiram as suas plataformas de vendas online durante a pandemia, tiveram algum protagonismo nas iniciativas empresariais relacionadas à vacinação em massa<sup>xxviii</sup>. No mesmo sentido, entidades estaduais de produtores rurais voltados ao mercado interno, como as federações estaduais de agricultura e pecuária dos estados de São Paulo (Faesp), Mato Grosso (Famato), Mato Grosso do Sul (Famasul) e Goiás (Faeg), reivindicaram a essencialidade e a importância do setor para o suprimento das cidades e para a garantia do isolamento social<sup>xxix</sup>.

O grande capital da construção civil<sup>xxx</sup> também saiu em defesa do isolamento social. Tanto o grande capital imobiliário, como foi o caso da empresa MRV, quanto o grande capital da infraestrutura, representados pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), defenderam as medidas de contenção da pandemia propagando o setor como única saída para o crescimento no pós-pandemia, demandando mais investimentos do Estado em infraestrutura, mais ação dos bancos multilaterais e mais parcerias público-privadas. O discurso do setor da construção civil ainda trazia as reformas neoliberais como meio mais inteligente para contornar a crise do que o ajuste fiscal feito apenas por meio de corte de investimentos<sup>xxxi</sup>.

Setores progressistas e liberais-conservadores das classes médias também aderiram à defesa das medidas restritivas, assim como setores sindicalizados das classes trabalhadoras.

No caso das classes médias, de acordo com as pesquisas de opinião divulgadas neste período e com os painéis ocorridos em bairros e regiões onde Jair Bolsonaro havia vencido nas eleições de 2018, o bolsonarismo perdeu apoio nestes segmentos, particularmente na alta classe média, com a queda significativa da aprovação do governo na faixa de renda acima de 10 salários mínimos<sup>xxxii</sup>. As representações liberais-conservadoras das classes médias, como o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua!, se posicionaram a favor das medidas de isolamento social e assumiram a bandeira do impeachment de Bolsonaro<sup>xxxiii</sup>. A saída do ex-juiz Sérgio Moro do governo também indicou o rompimento desta parcela “lava-jatista” das classes médias, que havia apoiado Bolsonaro em 2018, tendo inclusive realizado manifestações de apoio a Moro e contrárias a Bolsonaro, na ocasião de sua saída do governo, entre abril e maio de 2020<sup>xxxiv</sup>.

A omissão do governo na negociação das vacinas provocou críticas e a mobilização de importantes frações burguesas, que passaram a negociar diretamente com governos de outros países e com as grandes farmacêuticas estrangeiras pela compra de imunizantes, como o caso do movimento “Unidos Pela Vacina”, liderado pela empresária Luiza Trajano. No entanto, no que se refere ao Projeto de Lei 948/2021, que flexibilizou a compra de vacinas pelo setor privado, não foi possível constatar um amplo consenso em sua defesa. Outra medida que não contou com amplo apoio entre as classes dominantes foi o chamado “tratamento preventivo”, ou “tratamento precoce”, com o uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra o coronavírus, que foi apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro como alternativa à vacinação acelerada.

## A CRISE POLÍTICA

A crise que envolveu o governo Bolsonaro durante o período analisado foi uma situação de condensação dos conflitos de classe em momento de reprodução social e deve ser observada na luta interna do bloco no poder, nas alianças na cena política e nas suas contradições e nos conflitos entre instituições de Estado. Caracterizamos como uma crise de representatividade aguda, já que ela elevou de patamar a crise de representatividade criada pela Operação Lava Jato. Esse novo patamar foi alcançado devido às ações levadas a cabo pelo presidente a fim de minar o sistema democrático e poderia ter transformado a crise de representatividade em uma crise do regime político, uma vez que a crise oscilou entre um polo alimentado por conflitos em torno da política sanitária, que teria como principais atores o movimento neofascista, as frações burguesas e seus representantes na cena política, e um polo nutrido pelos conflitos em torno da pauta democrática, que se expressou principalmente nos conflitos entre os ramos Executivo e Judiciário do aparelho de Estado.

No primeiro caso, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) utilizou como justificativa a gravíssima situação sanitária que o estado do Amazonas alcançou por conta

do número de internações e mortes por Covid-19 e apresentou um requerimento para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de investigar as ações e as omissões do Governo Federal e as irregularidades cometidas com a verba destinada ao combate à pandemia. Os principais pontos levantados foram que o Governo Federal se opôs às medidas de distanciamento social e ao uso obrigatório de máscaras, e que ele causou atraso proposital na compra de vacinas, além de ter divulgado tratamentos ineficazes contra o vírus e comprado medicamentos sem comprovação científica. Apesar das evidências dos crimes cometidos, a CPI da Covid, como ficou conhecida, não foi consensual e após ser protocolada na Câmara dos Deputados, em 13 de abril de 2021, só foi oficialmente instalada no Senado Federal em 27 de abril, após determinação do STF.

É possível estabelecer um lastro entre o desacordo dos partidos na cena política e a posição das frações de classe sobre a instalação da CPI. No geral, o discurso dos que foram contrários foi o de que haveria grande risco que o desgaste que ela causaria ao governo recairia sobre as reformas neoliberais pendentes no Congresso. O capital financeiro, por exemplo, demonstrou preocupação com o risco de impeachment afirmando que a consequência direta seria a paralisação das reformas<sup>xxxv</sup>. As burguesias industrial e comercial saíram em defesa do governo e os produtores rurais fizeram mobilizações de rua a favor de Bolsonaro<sup>xxxvi</sup>. O apoio direto das frações burguesas à CPI foi nulo, tendo sido mais explícito em parcelas da baixa e alta classe média e dos trabalhadores organizados. Esses setores populares desempenharam papel importante porque serviram de contraponto à iniciativa de Bolsonaro de manter sua base no exército, PM's, clubes de tiro e de motocicletas mobilizados em defesa do governo<sup>xxxvii</sup>.

Os embates mais importantes se deram no polo da disputa entre as instituições, com destaque para aqueles entre o Poder Executivo, o STF e o Poder Legislativo. A ênfase é não apenas pela dimensão dos conflitos que, por meio dos inquéritos do STF e dos ataques à Corte<sup>xxxviii</sup> desferidos pela militância bolsonarista, se deram em tons agressivos e resultaram em prisões. Mas sobretudo porque foi como resultado desses conflitos que, nas mobilizações golpistas organizadas pelo presidente no feriado de 7 de setembro de 2021, foi pactuado entre a direita tradicional e os neofascistas que ambos os lados iriam recuar e não haveria nem tentativa de golpe e nem de impeachment. As manifestações marcadas para o Dia da Independência, com ataques ao STF e ao Congresso Nacional, e com apelos às Forças Armadas para o fechamento do regime político, contaram com o apoio e com o financiamento de produtores rurais organizados na Aprosoja, Farsul, Faesc, entre outros sindicatos de menor porte<sup>xxxix</sup>; e também contaram com o apoio de frações regionais da burguesia industrial organizadas na Fiemg, Fiesc e Fiergs<sup>xl</sup>.

Por outro lado, importantes segmentos do grande capital se posicionaram abertamente contrários à escalada golpista. Durante o mês de agosto, quando o bolsonarismo iniciava as convocatórias para as manifestações de 7 de setembro, um coletivo de grandes capitalistas, intelectuais e lideranças da direita tradicional lançaram

um manifesto em defesa da democracia e da realização das eleições em 2022, intitulado “Eleições serão respeitadas”. Dentre os signatários constavam executivos e empresários, como Luiza Trajano (Magazine Luiza), Roberto e Maria Alice Setúbal (Itaú Unibanco), Pedro Parente (BRF), Armínio Fraga (Gávea Investimentos), Daniel Leichsenring e Luis Stuhlberger (Verde Asset), Pedro Passos (Natura), Horácio Lafer Piva (Klabin), entre outros<sup>xli</sup>. Outro importante manifesto neste período, em defesa da democracia e da estabilidade política, foi lançado pelas entidades empresariais das tradings do agronegócio, entre elas a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)<sup>xlii</sup>.

Nas vésperas do 7 de setembro, os grandes bancos comerciais nacionais, organizados na Federação Brasileira de Bancos (Febraban), divulgaram um manifesto em apoio à democracia, que foi circulado entre centenas de associações empresariais para a angariação de assinaturas, sendo recebido como um ataque pelo bolsonarismo e seus aliados<sup>xliii</sup>. A Fiesp, que não havia se manifestado favorável às manifestações golpistas, apesar de apoiar o governo, interveio sobre a iniciativa dos bancos para moderar o conteúdo do manifesto e frear as articulações oposicionistas, buscando adiar a sua publicação para depois do 7 de setembro, com o objetivo de anular a sua eficácia política<sup>xliv</sup>. Do mesmo modo, a Firjan, que também não havia se posicionado a favor das manifestações golpistas, recusou assinar o manifesto dos bancos devido ao seu tom crítico ao governo<sup>xlv</sup>. Diante do impasse conflagrado entre estas entidades, o manifesto foi vazado para a grande imprensa e a Febraban reafirmou publicamente o seu conteúdo, de maneira separada e crítica à manobra da Fiesp<sup>xlvi</sup>.

O posicionamento e o protagonismo dos grandes bancos comerciais nacionais na oposição burguesa se deve, para além dos conflitos com o neofascismo, aos sucessivos ataques do governo contra o setor. Em particular o decreto presidencial nº 10.029, que transferiu a prerrogativa da abertura do sistema bancário ao capital estrangeiro para o Banco Central, um centro de poder do capital financeiro associado. Tal medida retirou do poder eleito a capacidade de decisão sobre a matéria, que antes era pertencente à Presidência da República. A intenção de desnacionalizar o sistema bancário também foi vocalizada em diferentes ocasiões pelo ministro Paulo Guedes, que atacou o oligopólio dos bancos nacionais e a Febraban, acusando-a como “casa de lobby” e de ter instrumentalizado o manifesto em defesa da democracia para prejudicar o governo<sup>xlvii</sup>.

O capital financeiro associado também se opôs às manifestações golpistas e intensificou a defesa da “terceira via” para as eleições de 2022, distanciando-se cada vez mais do governo Bolsonaro. Além da desvalorização dos ativos financeiros no dia seguinte às manifestações<sup>xlviii</sup>, foram muitas as queixas contra a instabilidade política<sup>xlix</sup>. A escalada autoritária foi encarada como uma ameaça à continuidade da política neoliberal, na medida em que indicaria um risco de autonomização do governo em relação aos interesses da burguesia, o que levou alguns financistas a defender abertamente o

impeachment<sup>l</sup>. A oposição destes setores ofereceu caução à contraofensiva da direita tradicional através da ação do ministro do STF, Alexandre de Moraes, que determinou o bloqueio das contas da Aprosoja, após denúncia de financiamento dos protestos pela entidade, e a prisão de organizadores das manifestações em Brasília - que posteriormente seria revogada como consequência do acordo entre a oposição de direita e o bolsonarismo<sup>li</sup>. Isso porque, em 9 de setembro, Bolsonaro divulgou uma “Declaração à Nação”, anunciando o recuo e o compromisso com uma trégua. A “Declaração” foi redigida por ninguém menos que o ex-presidente Michel Temer, que desembarcou em Brasília como representante do grande capital para resolver a crise.

Apesar de ter sido o principal dique de contenção do golpismo, através dos inquéritos das Fake News e das Milícias Digitais, e dos pedidos de prisão de lideranças bolsonaristas que fizeram ameaças à Corte<sup>lii</sup>, verificamos uma atitude conciliatória do STF e da direita tradicional com o neofascismo, na medida em que anistiarão os crimes cometidos pelo presidente e seus aliados em diferentes ocasiões: 1) nas manifestações pelo fechamento do STF e do Congresso Nacional em abril e maio de 2020, quando não processaram o presidente pela participação nos protestos; 2) no julgamento de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão no TSE, em 2021, quando julgaram como improcedentes as ações referentes ao disparo de fake news nas eleições de 2018; 3) na CPI da Covid, em 2021, quando recusaram a tipificação do crime de genocídio e não encaminharam processo de impeachment contra o presidente, mesmo com a comprovação de crimes de responsabilidade; 4) e nas manifestações do 7 de setembro, quando hesitaram em apoiar o impeachment, cedendo ao recuo do movimento golpista.

As reformas neoliberais e a retaguarda militar do governo explicam a atitude conciliatória da oposição de direita com o bolsonarismo, na medida em que as reformas atenderam aos interesses econômicos do grande capital e os militares apresentaram uma constante ameaça ao regime político, levando a oposição a optar pelo caminho da via eleitoral como o principal para derrotar o neofascismo. Nesse sentido, a estratégia da oposição burguesa foi baseada em um duplo-movimento, que consistiu na tentativa de construção de uma “terceira via” ao lulismo e ao bolsonarismo, ao mesmo tempo em que, de maneira pragmática, passou a pressionar a candidatura do ex-presidente Lula para arrancar compromissos, em particular a preservação das reformas neoliberais no caso de uma eventual volta do PT ao governo.

Por fim, é importante considerar que, devido à sua força eleitoral, a candidatura de Lula detém o potencial de provocar deslocamentos importantes entre as classes dominantes, levando a um realinhamento de classes nas eleições de 2022, através da reaproximação da grande burguesia interna e das classes trabalhadoras em torno de uma mesma frente política. Por outro lado, a mobilização do bolsonarismo contra as urnas eletrônicas e a tutela militar sobre o processo eleitoral tornam o horizonte mais nebuloso: a persistência do movimento reacionário de massas e a militarização do Poder Executivo

trazem incertezas quanto ao resultado das eleições e à posse de um novo mandatário; e também apresentam custos elevados para uma solução pacífica de um provável conflito, como no caso de uma possível anistia aos crimes cometidos pelo bolsonarismo e seus aliados - o que poderia permitir a sua reorganização e novas ameaças à democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho corroboram a hipótese de que as frações burguesas mantiveram uma relação de unidade e conflito com o governo neofascista. Verificamos que a unidade foi o aspecto principal em seus posicionamentos em relação à política econômica, sobretudo as privatizações e as reformas neoliberais contra os trabalhadores, embora tenham persistido conflitos secundários que não lograram dividir as frações em torno de estratégias distintas de política econômica. Por outro lado, houve conflitos em relação ao negacionismo da pandemia e às manifestações golpistas incentivadas por Bolsonaro, o que ensejou a formação de uma oposição burguesa, representada pela direita tradicional.

Foi possível constatar um padrão entre as frações que se alinharam e as que se opuseram à orientação do governo frente à crise sanitária e à questão democrática. Os proprietários de terra foram aqueles que se posicionaram mais alinhados ao negacionismo e às manifestações golpistas do bolsonarismo, seguidos por frações regionais da burguesia industrial e da burguesia comercial varejista. Por outro lado, os principais setores do grande capital, sobretudo os grandes bancos nacionais e o capital financeiro associado, mas também as tradings do agronegócio, setores da grande indústria e do grande comércio, exerceram papel ativo e dirigente nas iniciativas em defesa das medidas de isolamento social, da compra de vacinas e contrárias à escalada golpista. Estes resultados indicam que, apesar de a política econômica priorizar o grande capital em detrimento do pequeno e do médio, sobretudo o capital financeiro internacional, essas frações se afastaram do governo à medida que o negacionismo e o golpismo apresentaram risco de perda de controle sobre a política econômica do governo neofascista. Tal afastamento não resultou em uma posição antagônica, que sustentasse a abertura de um processo de impeachment, justamente por conta do atendimento de seus interesses na economia. Contudo, tal afastamento incentivou a formação de uma “terceira via” ao bolsonarismo e ao lulismo para as eleições presidenciais de 2022.

Com estes resultados temos uma indicação das bases sociais que ofereceram caução às representações políticas que polarizaram a conjuntura analisada e àquelas que disputarão as eleições em 2022, restando dúvida sobre a posição da burguesia associada, sobretudo o capital financeiro, diante do cenário de afunilamento entre as candidaturas de Lula e Bolsonaro: se oferecerão apoio crítico ao primeiro, ou se aliarão novamente ao segundo, visando garantir a continuidade do neoliberalismo ortodoxo. O desenvolvimento destes conflitos e o realinhamento de classes deverão ser analisados

sistematicamente durante o ano eleitoral, uma vez que o tensionamento em relação ao regime democrático permanece.

## **BIBLIOGRAFIA**

BERRINGER, Tatiana. A Escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. *Crítica Marxista*, n.51. 2020.

BOITO JR., Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 1.ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo e Campinas: Editora Unesp e Unicamp. 2018.

BOITO JR., Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. *Observatorio Latinoamericano y Caribeño*. Vol.4. n.2. 2020.

BOITO JR., Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, Salvador, v.34, p.1-23, 2021.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. *Crítica Marxista*. n.50, 2020.

CAVALCANTE, Sávio. A condução neofascista da pandemia de Covid-19 no Brasil: da purificação da vida à normalização da morte. *Calidoscópico*, 19(1). 2021.

FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Crítica Marxista*, n.28. 2009.

FIRMINO, Gustavo Casassanta. O antipetismo nas manifestações pró-impeachment em São Paulo (2015-2016): afirmação e atualização do antipopulismo da alta classe média. *Mímeo*. s.d.

GUÉRIN, Daniel. Fascismo e grande capital. Tradução: Lara Christina de Malimpensa. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2021.

LACERDA, Marina Basso. Jair Bolsonaro: a agenda política defendida em sua trajetória política In: José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza (orgs.). *O novo ativismo no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 289-308.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil. Curitiba, Editora CRV, 2015.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Nicos Poulantzas e a teoria política do fascismo: 50 anos depois. *Revista Princípios*. n.161. 2021.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: (Neo)Fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil/ Eduardo Rebuá et al (orgs). Mórula Editorial. 2020.

- PAXTON, Robert. A anatomia do fascismo. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge M.; MATHIAS, Suzeley Kalil. As Forças Armadas no governo Bolsonaro. 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. Fascismo e ditadura. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- SAES, Décio. República do Capital. 1.ed. São Paulo: Boitempo. 2001.
- VALLE, André e MARTUSCELLI, Danilo. A paralisação dos caminhoneiros no Brasil (maio de 2018): força dirigente, alianças e interesses de classe em disputa. Boletim LIERI, n.1. 2018.

i Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp. E-mail: [andrefvalle@gmail.com](mailto:andrefvalle@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3907-4915>

ii Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp. E-mail: [octaviodelpasso@gmail.com](mailto:octaviodelpasso@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6348-5365>

iii Unidade em torno das reformas neoliberais que visam as privatizações e as que se voltam contra os trabalhadores, não havendo consenso sobre uma maior abertura econômica.

iv Disponível em: 1) DIEESE, *Balanco das greves*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?tipoBusca=tipo&valorBusca=balan%E7o+das+greves>; 2) DATALUTA, *Relatório DATALUTA Brasil*. Disponível em:

[https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatório-dataluta/brasil/](https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/)

v Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/numero-de-militares-em-cargos-civis-cresce-e-passa-de-6-mil-no-governo-bolsonaro/>

vi Disponível em: [https://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/Em andamento/u//e//m//r/](https://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/Em%20andamento/u//e//m//r/)

vii A objeção da burguesia industrial representada pela Fiesp à privatização da Eletrobras não representa uma contestação geral à política de privatizações. Trata-se de uma crítica aos termos específicos desta privatização, que, segundo a entidade, encareceriam o custo da energia para a indústria. Ver: <https://www.poder360.com.br/economia/fiesp-e-firjan-fazem-ressalvas-a-aprovacao-da-mp-da-eletobras/>

viii O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2020 registrou queda de 4,1% (Agência IBGE, 2021).

ix Assim como no fascismo clássico, a pequena-burguesia foi a principal atingida pela política econômica do governo Bolsonaro. A ausência de políticas de proteção aos micro e pequenos empresários durante a pandemia, representada pela fala do ministro Paulo Guedes na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, de que o governo deveria socorrer as grandes empresas em detrimento das pequenas e médias, não foram suficientes para desmobilizar o apoio do bolsonarismo nestes estratos.

x Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/58-dos-beneficiarios-do-auxilio-emergencial-desaprovam-governo-bolsonaro/>

xi Disponível em: [www.ciesp.com.br/wp-content/uploads/2021/03/20210322\\_140935-20210322\\_143040.mp3](http://www.ciesp.com.br/wp-content/uploads/2021/03/20210322_140935-20210322_143040.mp3)

xii Disponível em: 1) CNI: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/05/11/estado-deve-entrar-forte-na-economia-para-saida-da-crise-diz-gerente-da-cni/>; 2) <http://www.usinagem-brasil.com.br/16036-cni-2a-onda-compromete-crescimento-da-industria/pa-1/>; 3) Fiesp:

- [https://www.camara.leg.br/noticias/669462-presidente-da-fiesp-defende-retomada-das-atividades-economicas-com-responsabilidade/;](https://www.camara.leg.br/noticias/669462-presidente-da-fiesp-defende-retomada-das-atividades-economicas-com-responsabilidade/) 4)
- Abimaq: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/07/industria-quer-estrategia-para-liberar-regies-sadias-do-isolamento-diz-abimaq.ghtml>
- xiii Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/07/06/com-eleicao-de-josue-gomes-da-silva-fiesp-muda-de-comando-apos-17-anos.htm>
- xiv Disponível em: 1) CNI: [https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/leis-e-normas/cni-lanca-agenda-legislativa-com-14-projetos-prioritarios/;](https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/leis-e-normas/cni-lanca-agenda-legislativa-com-14-projetos-prioritarios/) 2) Fiesp: [https://www.poder360.com.br/opiniao/economia/nao-tem-milagre-a-dura-agenda-para-a-retomada-do-crescimento-por-paulo-skaf/;](https://www.poder360.com.br/opiniao/economia/nao-tem-milagre-a-dura-agenda-para-a-retomada-do-crescimento-por-paulo-skaf/) 3) <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573001/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y;> 4) Abimaq: [http://abimaq.org.br/COMUNICACOES/2021/PROJETOS/INFORMAQ/ED251/Informaq\\_251.pdf](http://abimaq.org.br/COMUNICACOES/2021/PROJETOS/INFORMAQ/ED251/Informaq_251.pdf)
- xv Disponível em: 1) CNC: [https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-comparte-video-em-que-dirigente-da-cnc-diz-que-estados-fazem-chantagem/;](https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-comparte-video-em-que-dirigente-da-cnc-diz-que-estados-fazem-chantagem/) 2) [http://www.fecomercio.ms.com.br/flexibilizacao-da-quarenta-reduziu-perdas-do-comercio-em-r-914-bilhoes/;](http://www.fecomercio.ms.com.br/flexibilizacao-da-quarenta-reduziu-perdas-do-comercio-em-r-914-bilhoes/) 3) Brasil 200: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/07/em-jantar-com-empresrios-bolsonaro-critica-medidas-restritivas-covid-19.ghtml>; 4) Fecomercio-SP: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/05/27/sp-precisa-anunciar-reabertura-controlada-do-varejo-logo-diz-fecomercio.ghtml>
- xvi Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2020/05/flavio-rocha-a-licao-da-ilha-de-pascoa-para-a-epoca-de-confinamentos/>
- xvii Disponível em: 1) Faesc: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/agronegocio/255651-governo-de-sc-flexibiliza-regras-para-o-isolamento-social-medida-e-considerada-acertada-pela-faesc.html#.XpORD25FzIU>; 2) Faemg: <https://www.otempo.com.br/coronavirus/industria-e-agricultura-querem-que-funcionarios-saudaveis-voltem-a-trabalhar-1.2317497>; 3) Faep: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/setor-produtivo-do-parana-pede-retomada-de-atividades-economicas-2986217e.html>; 4) Farsul: [www.farsul.org.br/destaque/entidades-empresariais-lancam-manifesto-pela-reativacao-economica,353452.jhtml](http://www.farsul.org.br/destaque/entidades-empresariais-lancam-manifesto-pela-reativacao-economica,353452.jhtml); 5) Aprosoja-MT: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/isolamento-por-coronavirus-pode-atrapalhar-safrade-milho-de-mt-diz-associacao.shtml>; 6) Abrafrigo: <http://www.abrafrigo.com.br/index.php/2020/03/27/clipping-da-abrafrigo-no-1204-de-27-de-marco-de-2020/>
- xviii Exceção deve ser feita à Faesc, que em conjunto com outras entidades patronais de Santa Catarina aderiu à defesa do “tratamento precoce” defendido pelo Governo Federal. Disponível em: <http://noticom.com.br/fiesc-facisc-fcdl-e-faesc-defendem-o-tratamento-precoce-em-sc/>
- xix Disponível em: 1) Bradesco: <http://https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/bradesco-ve-queda-de-ate-4-no-pib-e-atritos-demais-no-governo.shtml>; 2) Itaú Unibanco: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/03/mesquita-pior-cenario-para-economia-e-suspender-isolamento-sem-ouvir-autoridades-de-saude.ghtml>; 3) Santander: <https://www.terra.com.br/economia/isolamento-se-provou-importante-diz-presidente-do-santander-brasil,30a2b75b36b2d335106644149bc8f34cfqi12w9z.html>
- xx Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/carta-de-economistas-por-combate-a-pandemia-passa-de-1-500-assinaturas/>
- xxi Disponível em: 1) <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2020/04/06/possivel-demissao-de-mandetta-freia-disparada-do-ibovespa.ghtml>; 2) <https://br.investing.com/news/stock-market-news/ibovespa-cai-e-dolar-sobe-apos-pedido-de-demissao-de-teich-do-ministerio-da-saude-747193>
- xxii Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/03/20/claro-nextel-vivo-oi-tim-e-algar-se-unem-para-manter-conexo-de-internet.ghtml>

xxiii Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/isolamento-social-eleva-trafego-de-dados-na-internet-2984936e.html>

xxiv Disponível em: 1) [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/08/internas\\_economia,852778/para-anfavea-ha-politicos-que-ainda-nao-perceberam-gravidade-da-situa.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/08/internas_economia,852778/para-anfavea-ha-politicos-que-ainda-nao-perceberam-gravidade-da-situa.shtml); 2) <https://autoesporte.globo.com/mercado/noticia/2021/03/falta-de-materia-prima-preocupa-mais-que-lockdown-e-industria-automotiva-so-ve-solucao-com-vacinacao-em-massa.ghtml>; 3) <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/tem-gente-em-brasilia-pensando-apenas-na-eleicao-de-2022-diz-presidente-da-anfavea.shtml>

xxv Disponível em: 1) <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/anfavea-rebate-bolsonaro-e-diz-que-setor-automotivo-precisa-de-competitividade.html>; 2) <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/04/07/ambiente-politico-do-brasil-assusta-matrizes-diz-presidente-da-anfavea.ghtml>;

xxvi Disponível em: 1) Aurora: <https://www.radiocoracao.com.br/farol/radiocoracao/blog/noticias-regionais/agroindustrias-mantem-funcionarios-mesmo-durante-crise-motivada-pelo-coronavirus/79015>; 2) ABIA: <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2020/04/17/industria-de-alimentos-descarta-desabastecimento-durante-o-periodo-de-quarentena.html>; 3) BR Foods: <https://www.facebook.com/wearebrf/photos/nesse-momento-de-isolamento-e-distanciamento-social-algumas-pessoas-continuam-tr/2621795951281222/>; 4) GT Foods: <https://avicultura.info/pt-br/gtfoods-covid-19-isolamento-producao/>

xxvii Disponível em: 1) <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/70361/nota-oficial-abras---covid-19>; 2) <https://portalapas.org.br/webinar-especial-esclarece-duvidas-dos-supermercadistas-sobre-o-coronavirus/>; 3) <https://portalapas.org.br/nota-oficial-coronavirus-supermercados-empenhados-no-combate-ao-covid-19/>

xxviii Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/01/coronavirus-empresas-publicidade-isolamento-social-covid-19.htm>

xxix Disponível em: 1) Faesp: <https://www.eaemaq.com.br/feiras/faesp-e-senar-sp-orientam-a-realizacao-de-feiras-seguras/>; 2) Famato: [https://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia\\_completa.php?codNoticia=238841](https://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=238841); 3) Famasul: <http://www.ms.gov.br/protegidos-e-produtivos-produtores-rurais-de-ms-reforcam-protocolo-sanitario-e-mantem-atividades-no-campo/>; 4) Faeg: <https://sistemafeaeg.com.br/faeg/noticias/uniao-e-acao/governo-de-goias-divulga-medidas-que-contemplam-o-setor-agropecuario>

xxx O pequeno e médio capital da indústria da construção civil parece ter aderido ao discurso da prioridade da economia. A APEMEC, por exemplo, fez publicação defendendo que o setor deveria seguir o trabalho com dedicação e segurança. Ver: <http://www.apemec.com.br/coronavirus-construcao-civil/coronavirus-construcao-civil-seguindo-sem-parar-com-dedicacao-e-seguranca/> .

xxxi Disponível em: 1) <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/03/25/fundador-da-mrv-defende-que-nao-e-hora-de-brasil-passar-por-isolamento-vertical.ghtml> ; 2) <https://www.abdib.org.br/2020/03/26/entenda-se-precisamos-de-um-plano-marshall/> ; 3) <https://www.abdib.org.br/2021/04/27/ajuste-fiscal-exagerado-mantem-pais-na-decada-destruida-escreve-venilton-tadini/> ; 4) <https://www.abdib.org.br/2020/04/21/iluminacao-publica-para-sair-da-crise/> .

xxxii Disponível em: 1) <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/crise-derruba-popularidade-de-bolsonaro-aponta-datafolha.shtml>; 2) <https://www.poder360.com.br/poderdata/desaprovacao-ao-trabalho-de-bolsonaro-atinge-recorde-e-vai-a-52-diz-poderdata/>; 3) <https://www.poder360.com.br/poderdata/56-rejeitam-governo-bolsonaro-taxa-parece-ter-atingido-o-pico/>

xxxiii Disponível em: 1) MBL: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/s%C3%A3o-paulo-est%C3%A1-dando-o-exemplo-no-isolamento-social/1984219868368813/>; 2) <https://revistaforum.com.br/politica/mbl-coloca-carros-de-som-nas-ruas-para-incentivar-panelacos-contra-bolsonaro/#>; 3) VPR: <https://jovempan.com.br/noticias/vem-para-rua-organiza-protesto-contra>

- [indicado-ao-stf-e-reeleicao-de-maia-e-alcolumbre.html](#); 4)  
<https://www.facebook.com/vempraru.net/posts/1997768220404516>; 5) Movimento pró-impeachment de Bolsonaro: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/mbl-e-vem-para-rua-reforcam-oposicao-a-bolsonaro-ele-enganou-todo-mundo/>  
xxxiv Disponível em: 1) <https://oglobo.globo.com/brasil/apoiadores-de-bolsonaro-moro-fazem-ato-em-frente-pf-em-curitiba-24407040>; 2)  
[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/02/interna\\_politica,850638/manif-estantes-a-favor-de-moro-e-pro-bolsonaro-entram-em-confronto.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/02/interna_politica,850638/manif-estantes-a-favor-de-moro-e-pro-bolsonaro-entram-em-confronto.shtml)  
xxxv Ver: <https://www.infomoney.com.br/mercados/cpi-da-covid-trava-reformas-e-embaralha-discussao-sobre-orcamento-de-2021/>  
xxxvi Ver: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sindicatos-rurais-convocam-atos-pro-bolsonaro-e-contra-stf,70003701846>  
xxxvii Essa tática de Bolsonaro em manter sua base mobilizada a partir de setores temáticos é semelhante a algo que ele tentou fazer no início do seu governo através do que foi chamado de “coalizão por bancada setorial”. Ver: 1) <https://oglobo.globo.com/politica/artigo-uma-coalizacao-para-chamar-de-sua-23257009>; 2) <https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-promete-nova-politica-e-possivel-um-governo-sem-toma-la-da-ca/>;  
xxxviii Ver: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=445860&ori=1> .  
xxxix Ver: 1) Aprosoja: <https://www.rdnews.com.br/executivo/aprosoja-apoia-manifestacao-de-7-de-setembro-mas-nega-seu-financiamento/149043>; 2) Farsul: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/296960-farsul-emite-carta-aberta-em-defesa-da-democracia-e-apoio-ao-7-de-setembro.html#.YgV1G5bMLrc>; 3) Faesc: <http://sistemafaesc.com.br/Noticias/Detalhe/18887>; 4) Sindicatos de menor porte: <https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/sistema-faep-se-posiciona-sobre-manifestacoes-no-dia-7-de-setembro>  
xl Ver: 1) Fiemg: <https://www7.fiemg.com.br/noticias/detalhe/manifesto-pela-liberdade>; 2) Fiesc: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/fiesc-defende-manifestacoes-pacificas-e-democraticas>; 3) Fiergs: <https://sinduscom.org.br/fiergs-reitera-posicao-por-manifestacoes-ordeiras-e-pacificas-em-7-de-setembro>;  
xli Ver: <https://www.eleicaoserespeita.org/>  
xlii Ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4946734-entidades-ligadas-ao-agronegocio-divulgam-manifesto-em-defesa-da-democracia.html>  
xliii Ver: 1) <https://www.poder360.com.br/economia/manifesto-por-pacificacao-politica-faz-bb-e-caixa-ameacarem-deixar-febraban/>; 2) <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2021/09/01/governo-se-mobiliza-contrum-manifesto-de-conciliacao.ghtml>  
xliv Ver: <https://www.poder360.com.br/economia/manifesto-da-fiesp-com-apoio-da-febraban-teve-200-adesoes-em-1-dia/>  
xlv Ver: <https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/fora-do-tom.html>  
xlvi Ver: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3680/pt-br/>  
xlvii Ver: <https://exame.com/economia/guedes-diz-que-febraban-e-que-teria-sugerido-tom-critico-em-manifesto/>  
xlviii Ver: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/09/08/empresas-perdem-r-1953-bilhoes-em-valor-de-mercado-nesta-quarta-feira-com-declaracoes-golpistas-de-bolsonaro.ghtml>  
xlix Ver: 1) <https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/09/08/crise-institucional-ameaainvestimentos-e-credito-dizem-fontes.ghtml>; 2) <https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/09/09/crise-politica-eleva-premio-de-risco-e-preocupa-investidor.ghtml>; 3) <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/09/03/pais-so-cresce-com-estabilidade-diz-fabio-barbosa.ghtml>; 4) <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/09/09/piora-do-cenario-politico-vai-pesar-sobre-economia-diz-mendonca-de-barros.ghtml>; 5) <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mercado-teme-ameacas-institucionais-mas-ainda-hesita-sobre-impeachment/>

---

I Ver: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/basta.ghtml>

li Ver: 1) <https://www.poder360.com.br/brasil/moraes-determina-bloqueio-de-contas-da-aprosoja-para-rastrear-apoio-a-atos/>; 2) <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/pf-prende-bolsonarista-em-sc-que-publicou-ameaca-a-moraes-do-stf.shtml>; 3) <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/alexandre-de-moraes-revoga-prisao-de-organizador-de-atos-de-7-de-setembro/>

lii Como a militante Sara Geromini, o deputado federal Daniel Silveira e o blogueiro Allan dos Santos.

*Recebido em 6 de junho de 2022*

*Aceito em 13 de junho de 2022*

*Editado em junho de 2022*